

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

1

PARECER CONTROLE INTERNO

EMENTA: 1º Termo Aditivo. Contrato Administrativo nº 20160027. Dispensa 07/2015/003 SEMAS.

OBJETO: Locação do Imóvel não residencial Localizado na Rua: C 15, Lote 07, Quadra 84, Bairro Tropical II, para atender o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, no Município de Parauapebas, Estado do Para.

DA ANÂLISE DE CONTROLE INTERNO

Ressalvando-se os aspectos jurídicos, tendo em vista que serão analisados pela Procuradoria Geral no Parecer Jurídico, passemos à análise do presente processo no que tange à Justificativa rubricada e assinada pela Autoridade Competente, bem como a indicação orçamentaria, Relatório do Fiscal e Regularidade Fiscal do Contratado.

Aportando esta Controladoria dos autos, cumpre observar que todo o trâmite processual necessário entre Autoridade Competente e Comissão de Licitação foram seguidos.

De acordo com a Lei Municipal nº 4.293/2005, "Art. 1º Fica instituído o Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo, que por objeto a fiscalização contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial da Administração Pública Municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral.".

FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

- Consta memorando nº 001/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social -SEMAS, que a mesma intenciona realizar 1º aclitivo DE PRAZO e SUPRESSÃO DE VALOR do contrato nº 20160027;
- Existe declaração de que o gasto necessário à realização do aditivo contratual, contem saldo e adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

DISPENSA Nº 07/2015/003 SEMAS - 1º ADITIVO





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

- Foi apresentada justificativa pelo Secretario Municipal de Assistência Social JORGE ANTÔNIO BENÍCIO, do qual alega que o imóvel já atende satisfatoriamente as necessidades para os fins a que se destina.
- Consta no processo a Indicação do Objeto e do Recurso;
- 5. Consta no processo Relatório do Fiscal do Contrato;
- Consta portaria nº 006/2017, art. 1º que designa Fiscal do Contrato CAROLLINE VILLAÇA MATTOS;
- Aceite da proprietăria referente a supressão contratual;
- 8. Proposta Contratual;
- Declaração do proprietário do imóvel de que não possui nenhum vínculo empregatício e, portanto fica desobrigado a emitir a Certidão de FGTS;
- Cópia dos documentos pessoais de VANESSA LIMA ROSA;
- Em relação ao Locador VANESSA LIMA ROSA, foram apresentados:
 - a. Certidão Nada Consta;
 - b. Nada Consta de débitos na Celpa;
 - c. Positiva com efeito de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União;
 - d. Certidão Negativa de Natureza Tributaria;
 - e. Certidão Negativa de Natureza Não Tributaria;
 - f. Certidão Negativa de Débitos;
 - g. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 12. Foi formalizada a designação da comissão de licitação e da equipe de apoio, conforme a Lei nº 8.666/93, art. 38, III, nomeando:
 - a) Leo Magno Moares Cordeiro Presidente
 - b) Nathália Lourenço R. Pontes Membro
 - c) Midiane Alves Rufino Lima Membro
 - d) Luciana Gomes da C. Silva Suplente
 - e) Angelica Cristina Rosa Suplente
 - f) Fabiana de Souza Nascimento Suplente
- Foi apresentada justificativa baseada na Lei 8.666/93, na qual a Comissão de Licitação <u>é favorável</u> a elaboração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 20160027,

DISPENSA Nº 07/2015/003 SEMAS - 1" ADITIVO





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

alterando o prazo para 18 de Janeiro de 2018 e o valor unitário do item de nº 023668 de R\$ 2.670,00 (dois mil seiscentos e setenta reais) mensais para R\$ 2.000,00 (dois mil reals) mensals;

Foi anexada Minuta do 1º Aditivo ao Contrato nº 20160027;

DA ANALISE

A aquisição ou locação de imóveis pela Administração Pública, desde que atendidos alguns requisitos, está prevista como caso de licitação dispensável. Na linha do que ensina doutrina, significa dizer que, quando possível o certame, faculta-se contratação direta com base no art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Por força de dispositivos constitucionais (XXI, art. 37, CF/88) e infraconstitucional (art. 2º da Lei nº 8.666/93), a Administração Pública, em regra, deve escolher seus contratados mediante prévio certame licitatório (princípio da obrigatoriedade),

A maioria das hipóteses legais estão fixadas nos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, respectivamente.

Em outras palavras, quando a Lei prevé hipóteses de contratação direta é porque admite que por vezes a realização do certame não levará à melhor contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não serve ao eficaz atendimento do interesse público naquela hipótese específica.

Dentre as hipóteses legais encontra-se a locação de imóvel para atender as necessidades da Administração Pública (inteligência do X, art. 24, Lei nº 8.666/93), vaiamos(in verbis):

"Art. 24. É dispensável a Licitação: (...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precipuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compativel com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;"







PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

4

Sendo assim, para satisfazer a necessidade do Poder Público, no presente caso no qual altera o contrato administrativo nº 20160027 pelo prazo 12 meses (até 18 de Janeiro de 2018) e supressão de valor, de R\$ 2.670,00 (dois mil seiscentos e setenta reais) mensais para R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, alterando o valor contratual para R\$ 56.040,00 (cinquenta e seis mil e quarenta reais);

Verifica se que foram demonstrados os requisitos legais exigidos para configuração da dispensa de licitação, quais sejam, "o imóvel atende satisfatoriamente as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS para os fins que se destina"

É imperioso ressaltar que as informações acostada aos autos, bem como sua execução contratual são de inteira responsabilidade e veracidade do ordenador de despesa, que tem competência técnica para tal, o Controle Interno, de acordo com a Lei Municipal nº 4.293/2005 tem a função da fiscalização contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial da administração pública Municipal.

Ante o exposto, tendo em vista que cabe ao setor competente realizar as revisões adequadas ao processo, sugerimos provimento pela continuidade do procedimento.

É o parecer.

Parauapebas/PA, 16 de Janeiro de 2016

Dhatilane Merlyn Alves Mergulhão AGENTE DE CONTROLE INTERNO Decreto nº 050/2017 Dec. nº 005/2017

Cristiano Cesar Souza

Cristiano Cesar de Souza Controlador Geral do Municipio

Cristiano Cesar Souza
CONTROLADORA GERAL DO
MUNICÍPIO
Dec. nº 005/2017

Adr